

## **Os desafios enfrentados pela população LGBTQIA+ em um ambiente público em Belém/Pará: relato de experiência**

The challenges faced by the LGBTQIA+ population in a public environment in Belém/Pará: experience report

Los desafíos enfrentados por la población LGBTQIA+ en un ambiente público en Belém/Pará: relato de experiencia

Recebido: 16/11/2022 | Revisado: 28/11/2022 | Aceitado: 30/11/2022 | Publicado: 08/12/2022

**Anne Caroline Gonçalves Lima**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1013-8594>

Universidade do Estado do Pará, Brasil

E-mail: [annecglima@outlook.com](mailto:annecglima@outlook.com)

**Joana Dulce Cabral Formigosa**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1871-2404>

Universidade do Estado do Pará, Brasil

E-mail: [joanaformigosa29@gmail.com](mailto:joanaformigosa29@gmail.com)

**Luciana Maria Furtado Fernandes**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3665-6402>

Universidade do Estado do Pará, Brasil

E-mail: [lucianafernandesenfa@gmail.com](mailto:lucianafernandesenfa@gmail.com)

**Thiago dos Santos Carvalho**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7804-655X>

Universidade do Estado do Pará, Brasil

E-mail: [thiagolaenf@gmail.com](mailto:thiagolaenf@gmail.com)

### **Resumo**

Esse artigo tem por objetivo descrever os desafios enfrentados pela população LGBTQIA+ em um ambiente público em Belém, Pará. Trata-se de um relato de experiência, utilizando uma entrevista (conversa), que tem como participante um homossexual. Falar da homossexualidade é falar da sexualidade humana, da diversidade sexual, resgatando elementos para compreender significados e sentidos dessa construção social ainda afrontada e discriminada pela sociedade. Fica evidente que, no Brasil, ainda é escasso o conhecimento das necessidades em saúde da população homossexual, conhecimento esse que se evidencia como primordial para fomentar o desenvolvimento das políticas públicas que envolvam a saúde/educação e questões sociais/políticas direcionadas à categoria. A experiência em questão ressalta a importância atribuída à identificação de gênero na formação do indivíduo como ser social, evidenciando a necessidade de discussões que ampare o tema na formação acadêmica dos profissionais de saúde na construção de um atendimento cauteloso, empático, tranquilo, natural e respeitoso. É necessário que os profissionais do setor tenham maior proximidade com as políticas públicas e com as problemáticas específicas da população LGBTQIA+ para a qualificação dos serviços prestados pelas diversas áreas.

**Palavras-chave:** LGTBQIA+; Homofobia; Discriminação; Educação em saúde.

### **Abstract**

This article aims to describe the challenges faced by the LGBTQIA+ population in a public environment in Belém, Pará. This is an experience report, using an interview (conversation), which has a homosexual as a participant. To speak of homosexuality is to speak of human sexuality, of sexual diversity, rescuing elements to understand meanings and senses of this social construction still confronted and discriminated against by society. It is evident that, in Brazil, there is still little knowledge of the health needs of the homosexual population, knowledge that is essential to foster the development of public policies involving health/education and social/political issues directed at the category. The experience in question highlights the importance attributed to gender identification in the formation of the individual as a social being, highlighting the need for discussions that support the theme in the academic training of health professionals in the construction of a cautious, empathetic, calm, natural and respectful care. It is necessary for professionals in the sector to be closer to public policies and the specific problems of the LGBTQIA+ population in order to qualify the services provided by the various areas.

**Keywords:** LGTBQIA+; Homophobia; Discrimination; Health education.

## Resumen

Este artículo tiene como objetivo describir los desafíos que enfrenta la población LGBTQIA+ en un ambiente público en Belém, Pará. Este es un relato de experiencia, utilizando una entrevista (conversación), que tiene como participante a un homosexual. Hablar de homosexualidad es hablar de sexualidad humana, de diversidad sexual, rescatando elementos para comprender significados y sentidos de esta construcción social aún confrontada y discriminada por la sociedad. Es evidente que, en Brasil, todavía hay poco conocimiento sobre las necesidades de salud de la población homosexual, conocimiento que es esencial para fomentar el desarrollo de políticas públicas que involucren cuestiones de salud/educación y sociopolíticas dirigidas a la categoría. La experiencia en cuestión destaca la importancia atribuida a la identificación de género en la formación del individuo como ser social, destacando la necesidad de discusiones que apoyen el tema en la formación académica de los profesionales de la salud en la construcción de un ambiente cauteloso, empático, tranquilo, natural, y atención respetuosa. Es necesario que los profesionales del sector estén más cerca de las políticas públicas y de la problemática específica de la población LGBTQIA+ para cualificar los servicios que brindan las diferentes áreas.

**Palabras clave:** LGTBQIA+; Homofobia; Discriminación; Educación para la salud.

## 1. Introdução

O movimento LGBTQIA+ tem uma longa história com maior ou menor visibilidade em determinados períodos e conta com uma demanda bibliográfica sobre esse processo bem reprimida (Bortoletto, 2019). Na Europa, no século passado, teve início um movimento que defende os direitos dos homossexuais, travando uma luta contra a criminalização da homossexualidade e pelo reconhecimento dos seus direitos civis.

No Estados Unidos da América, no ano de 1969, em um conhecido bar de Nova Iorque, chamado Stonewall Inn, ocorreu a primeira revolta por conta da forma como algumas pessoas eram tratadas pelas autoridades policiais, por serem considerados desviantes das normas sociais (Oliveira, 2020). Desde então, diversos movimentos surgiram em todo o mundo, em busca da garantia de direitos, uma vez que o Estado deve garantir o direito à saúde, bem como se responsabilizar pela promoção e defesa dos direitos humanos para todos os cidadãos. Conforme a Constituição Federal brasileira de 1988, a qual necessita englobar a saúde sexual e reprodutiva como garantia inalienável dos direitos humanos. Isto inclui o reconhecimento da orientação sexual e da identidade de gênero como categorias, para a compreensão de sujeitos e populações (OMS, 2020).

Surgiu o Gay Pride (orgulho gay) que conseguiu a atenção de muitos países, em especial dos Estados Unidos, para os seus problemas. Essas pessoas buscavam apenas o respeito próprio e social, além do reconhecimento de que tinham e têm direitos civis iguais. Nasceu então o movimento pelos direitos dos homossexuais. Em 08 de junho de 2008, em meio a I Conferência Nacional GLBT, promovida pelo Governo Federal Brasileiro, envolvendo mais de 10 mil pessoas em conferências estaduais e 1.200 delegados/as nacionais, reunidos em Brasília, decidiu-se pelo uso da terminologia LGBT para identificar lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (Fabrício et al., 2022).

Quando se é pautado algo sobre a população LGBTQIA+, logo se pensa em sexualidades dissidentes, aquela que é diferente da prática heterossexual, onde se encaixam diferentes comportamentos que são divergentes daquele que se é considerado padrão/normal na sociedade, por consequência disso, pessoas que se encaixam dentro deste grupo são por diversas vezes invisíveis por culpa da discriminação existente contra eles, e por isso mais acontecimentos sobre a sexualidade têm sido temática central nos mais diversos debates políticos, biomédicos, sociais e antropológicos. O cerne dessas discussões encontra-se nos processos discriminatórios e de exclusão gerados ao longo da história (Carvalho & Barreto, 2021; Ferreira et al., 2018).

Assim, os movimentos sociais surgem em um contexto de enfrentamento do preconceito e da discriminação, organizados por essa parcela da população e grupos interligados, hoje reconhecidos como Movimento LGBTQIA+ Brasileiro. Tramita um conjunto de reivindicações, tais como a livre expressão de sua orientação sexual, a mudança do nome em documentos de identidade, o acesso a políticas de saúde e a proteção do Estado frente à violência motivada pelo preconceito (Carrara, 2010).

Dentro das políticas públicas de educação, sob a ótica das relações de gênero e da diversidade sexual, são pontos alinhavados ano a ano e, ainda hoje, resta a impressão de que muito se tem por fazer. Precisa-se incentivar a produção acadêmica sobre a introdução do gênero e da sexualidade nas políticas educativas, com ênfase dessas políticas no currículo e na formação

docente. Além do que, políticas voltadas para o currículo (propostas no âmbito do Estado) foram compreendidas, apropriadas e implementadas por educadores de escolas públicas do estado de São Paulo, a favor da diminuição da desigualdade e construção de direitos sociais (Vianna, 2011).

Nesta reflexão, argumenta-se que, ao longo da implementação do Sistema Único de Saúde (SUS), houve paralelamente a implementação das políticas de promoção de equidade em saúde, com a produção de informação sobre questões de gênero e orientação sexual, mas que ainda precisam ser mais discutidas e ampliadas. São necessários avanços sobre essa temática no planejamento de pesquisas epidemiológicas, nos sistemas de informações e nas ações em saúde, nos planos de saúde, nos protocolos e na divulgação de documentos técnicos, uma vez que, as análises complexas acerca da integralidade da atenção à saúde de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, queers, pessoas intersexo, pessoas não binárias e outras, reconhecidas pela sigla LGBTQIA+, têm esbarrado em lacunas e, principalmente, na persistência da homofobia estrutural, conceito aqui empregado, contemplando todas as pessoas LGBTQIA+ (Oliveira, 2020).

Na contramão das expectativas de crescente tolerância e liberdade sexual, a homofobia ainda persiste, sobretudo na forma velada e menos espetacular da humilhação e da segregação cotidiana, que ocorrem em contextos de proximidade, na família, na escola, lugares públicos entre vizinhos e conhecidos. Pode-se dizer, que sofrer algum tipo de insinuação, ofensa verbal ou de ameaça de agressão física faz parte da experiência social de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais no Brasil.

Neste contexto, é imprescindível descrever se a cidadania e dignidade se materializam em ações concretas, ao invés de continuarem somente nas teorias e hipóteses, para que efetivamente orientem a atuação das instituições e representantes dos três poderes, responsáveis por sua implementação, principalmente aos que se encontram em situação de vulnerabilidade social. Argumenta-se, especificamente, que este é um segmento da população que historicamente tem sido alvo de várias formas de preconceito e discriminação. Neste sentido, há necessidade de adoção de políticas públicas que promovam ações de combate à exclusão histórica a que foi e é submetida esta classe, no sentido do enfrentamento à homofobia e à transfobia e da promoção da cidadania (Oliveira, 2020).

O presente artigo tem como objetivo descrever, na modalidade relato de experiência, os desafios enfrentados pela população LGBTQIA+ em um ambiente público.

## 2. Metodologia

Trata-se de um relato de experiência vivenciado por enfermeiras em serviço público de saúde de Belém-Pará. O relato de experiência é uma expressão escrita de vivências, capaz de ajudar na produção do conhecimento e na discussão de uma temática, correlacionado a aprendizagem advindas das experiências socioculturais e científicas (Pereira et al., 2018; Mussi, 2021). É uma investigação aprofundada onde se busca informação relevante por meio do contato com um grupo ou indivíduo (Minayo, 2004).

Realizou-se uma entrevista aberta (conversa), seguindo a questão norteadora: Qual a sua experiência e desafios vivenciados pela discriminação sofrida em ambiente público, desrespeitando a sua homossexualidade e violando os seus direitos sociais como cidadão? Para preservar a identidade do participante e sigilo será utilizado um codinome denominado: Esperança.

## 3. Resultados

Esperança tem 24 anos de idade, é natural de Belém-PA, terminou o ensino superior, é graduado em odontologia e possui trabalho fixo. Reside em um bairro de classe média alta. A partir dos 14 anos, o mesmo percebeu ser gay, constatando sua atração por meninos, entendendo que sempre se sentiu um tanto diferente, não conseguindo gostar de meninas e nem sentir atração por elas. Relatou que com 14 anos sendo bem exato, descobriu sua orientação sexual, mas, antes disso, já ouvia conversas entre sua família que davam a entender que esta já tinha ideia de que ele era gay.

A descoberta da sua orientação pela família se deu de modo natural, melhor do que ele esperava, por parte dos membros familiares, menos pelo pai. Porém, em 2018, com 17 anos, ele pontua que estava se sentindo saturado com tudo e em uma conversa com sua irmã mais velha, disse o seguinte: “eu não posso conversar isso com o meu pai, ele não pode saber isso, ele não irá aceitar”. Essa situação interferia diretamente em sua vida, chegando o momento em que sentiu a necessidade de ir até seu pai e falar: “pai olha a gente precisa conversar, eu sou gay”, sendo o mais direto possível, apesar da dificuldade.

Nesse momento, Esperança disse que seu pai estava com o semblante normal, mas sem sinal algum de surpresa, apenas ficou calado. Apesar do pai já estar ciente, o convívio familiar não foi ameaçado, viviam como se tudo estivesse “normal”. Além dessa experiência familiar vivida, Esperança relatou ter sofrido uma discriminação em um estabelecimento comercial (restaurante), em setembro de 2020, onde foi insultado com palavras que “o diminuíam muito” por um homem que estava em uma mesa próxima a dele, naquele momento. Esperança estava com o seu namorado, o sentimento que ele relata é de tristeza, e ao mesmo tempo, vergonha por ter passado por esta situação, se achou indefeso, sem saber o que fazer na hora. Apenas teve a coragem de ligar para a irmã mais velha, a qual foi direto ao restaurante, tomar as medidas cabíveis. Porém, refere que sabia que cedo ou mais tarde tinha ciência que iria passar por esse constrangimento.

O proprietário do estabelecimento e o gerente foram bem atuantes no momento, direcionaram-se mesa do “agressor” e pediram que ele se retirasse do local, pois naquele ambiente todas os clientes, independente da opção sexual/gênero, eram tratados da mesma forma (com respeito), e que eles não iriam aceitar qualquer tipo de ofensas, desrespeito ou até mesmo agressões físicas e psicológicas. O agressor saiu do local e o proprietário foi pedir desculpas e conversar com a Esperança e seu namorado.

As violências que se direcionam contra pessoas LGBTQIA+, assim como é o caso de outros grupos sociais, podem tomar diversas formas, como a falta de acesso a direitos, discriminações ou mesmo o apagamento institucional ou social. Com frequência, essas pessoas têm suas vidas marcadas por situações de violência diversas, incluindo desde situações de abandono até situações de violência física e exclusão educacional.

#### **4. Discussão**

Ao propiciar um espaço aos indivíduos para falarem sobre a homossexualidade, proporciona-se falar da sexualidade humana em sua ampla diversidade, e torna-se possível resgatar elementos para compreender significados e sentidos dessa construção social, ainda afrontada e discriminada pela sociedade. Ainda é evidente que, no Brasil, são pouco conhecidas as necessidades em saúde da população LGBTQIA+, sendo primordial fomentar o desenvolvimento das políticas públicas que envolvam a saúde/educação e questões sociais/políticas direcionadas à categoria (Toniette, 2006).

O profissional da educação reflete uma imagem muito importante para os discentes, bem como em alguns casos serve de “modelo” para a formação da personalidade dos mesmos. Abordar temas como orientação sexual, identidade de gênero, homofobia e transfobia, por mais que sejam assuntos delicados, é necessário para incentivar um ambiente de respeito dentro da sala de aula. Esse contexto escolar é um lugar onde todos devem ser incluídos, onde as portas devem sempre estar abertas, é um local onde se deve desenvolver o pensamento crítico, promovendo as mais diversas discussões, respeitando sempre as individualidades de cada estudante (Gomes, 2018).

Em conformidade com a Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania (2014), em 1948 a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que foi adotada e proclamada pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), reconheceu que todo indivíduo tem o direito pleno à liberdade e à preservação da dignidade. Assim, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 adotou o princípio da dignidade humana, e garante, como um dos objetivos fundamentais “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”.

Ainda ocorre que, a população LGBTQIA+, em decorrência da não adequação do gênero ao sexo biológico (sistema sexo/gênero) ou à identidade sexual heteronormativa, tem seus direitos humanos básicos infringidos e, muitas vezes, encontra-

se em situação de vulnerabilidade (Lionço, 2008). Diante do exposto, o Ministério da Saúde reconhece que as identidades sexual e de gênero são atributos que expõem essa população à discriminação e à violação de direitos humanos, inclusive ao acesso não à saúde em sua integralidade (Brasil, 2008).

O debate acerca da sexualidade e da política, bem como sua articulação, têm aumentado cada vez mais nos dias atuais através dos meios de comunicação em massa, e por meio da composição dos espaços políticos os quais englobam a política da sexualidade, a jurisdição dos corpos, das práticas sexuais e o controle das experiências afetivo-sexuais. Nesta conjuntura, surge o Movimento LGBTQIA+ como forma de luta por direitos humanos (Oliveira, 2020).

Constata-se na literatura o impacto da violência na vida de pessoas LGBTQIA+, como relatado por Ramos e Carrara (2006), os quais citam dados do Grupo Gay da Bahia (GGB), uma organização que, desde os anos 1980 arquiva informações sobre a violência contra os homossexuais, tendo reunido registros documentados acerca de assassinatos de homossexuais com motivação homofóbica. Dados mais atualizados do GGB atestam 1608 casos de homens homossexuais, lésbicas e transgêneros assassinados em crimes homofóbicos, no período entre 2001 e 2010, além de identificarem o Brasil como “campeão mundial em assassinatos” da população LGBT. A região Nordeste é a que apresenta maior índice de violência praticada contra este grupo, sendo responsável por 43 % dos assassinatos (GGB, 2010).

Desde 2019, o Brasil registra crescimento de 19,6% no número de processos de crimes considerados discriminatórios contra a população LGBTQIA+, segundo levantamento pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. O estudo também apurou que os crimes mais frequentes nesses registros são: homicídio, injúria, lesão corporal e ameaça. Em aproximadamente 15% dos casos, há violência doméstica (CNJ, 2022). A falta de denúncia favorece a invisibilidade das vítimas e ausência de registro, contribuindo para a escassez de indicadores oficiais.

A violência contra a população LGBTQIA+ apresentou significativo crescimento, conforme evidenciado pelos dados do mesmo ano: 35,2% a mais de agressões, 7,2% a mais de homicídios e 88,4% a mais de estupros das pessoas identificadas como tais (FBSP, 2022). Essa violência contra a população LGBTQIA+ está estritamente relacionada à discriminação contra essa população, a qual foi nomeada com o termo “LGBTfobia”, definido como “todo e qualquer tipo de conduta decorrente de uma aversão à identidade de gênero e/ou orientação sexual de alguém que possa gerar dano moral ou patrimonial, lesão ou qualquer tipo de sofrimento físico, psicológico e/ou sexual ou morte” (Gonçalves et al., 2020).

A importância da produção de dados consistentes para embasar a formulação de políticas públicas foi destacada durante o Seminário de Pesquisas Empíricas aplicadas a Políticas Judiciárias, realizado pelo (CNJ). No evento, foi detalhada a pesquisa “Discriminação e Violência Contra a População LGBTQIA+”, produzida pelo Departamento de Pesquisas Judiciárias e Laboratório de Inovação e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (LIODS) em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

A sintonia entre o estudo sobre violência que atinge a população LGBTQIA+ e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável que compõe a Agenda 2030 das Nações Unidas foi enfatizada: “O ODS 16 está voltado para a construção de sociedades pacíficas, justas e inclusivas. Não há como construir o futuro que queremos sem avançar na qualificação das políticas de redução de violência e garantia do acesso efetivo à Justiça” (Silva & Kassai, 2021).

Demonstrando a importância em consolidar políticas judiciárias efetivas no campo penal que aprimorem a prestação jurisdicional voltada à parcela LGBTQIA+, o CNJ, como órgão central de planejamento e coordenação das políticas judiciárias, tem atuado com vistas a garantir a uniformização e racionalização dos processos a fim de resguardar: i) o acesso à justiça por essa parcela da população, bem como ii) a efetivação de seus direitos através de uma adequada prestação jurisdicional nas ações penais que envolvem motivação LGBTfóbica. Os avanços normativos e jurisprudenciais nas garantias de direitos específicos para a população LGBTQIA+ permitem que casos de violência e discriminação possam chegar às delegacias e, posteriormente, aos tribunais (CNJ, 2021).

Vale ressaltar que o primeiro relatório governamental sobre o tema na esfera federal data de 2011, mostrando que pesquisas e políticas institucionais sobre a temática da violência LGBTfóbica são relativamente recentes no país. Nesse sentido, ainda há grande caminho a ser percorrido no que se refere à coleta e divulgação de informações, especialmente de violência contra a população LGBTQIA+.

Além dessa questão discriminatória de violência, estudos indicam que a população em questão apresenta demasiada resistência à procura dos serviços de saúde, o que, em suma, evidencia o contexto discriminatório existente, organizado em função de um tratam da promoção dos direitos humanos e da cidadania dessa população: o “Programa Brasil Sem Homofobia”, os “Anais da I Conferência Nacional LGBT”, o “Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos LGBT” e o “Programa Nacional de Direitos Humanos” (Mello, Avelar & Maroja, 2012).

Tais fatores devem-se, em grande parte, aos contextos socioculturais heteronormativos, que refletem a discriminação, o preconceito e a exclusão social sofrida por pessoas de orientação sexual e identidade de gênero discordantes dos padrões considerados “normais” pela sociedade. Entretanto, percebe-se uma evolução no contexto brasileiro relacionado ao grupo LGBTQIA+. A primeira delas refere-se à retirada do termo homossexualismo das terminologias da saúde, dando clareza para o caráter não patológico das relações homoeróticas (Cardoso & Ferro, 2012). Porém, a categoria dos transgêneros, composta pelos transexuais e travestis, não foi incluída nesse processo. Sabe-se que as violências sofridas pelos trans e travestis persistem mesmo após a morte, quando lhes são negados o uso do nome social e a identidade de gênero dessas pessoas na Declaração de Óbito não são respeitados (Souza et al., 2021).

Ao longo dos anos, identificou-se marcos importantes para a garantia da dignidade homossexual. Em 2004, destacou-se a criação do “Brasil Sem Homofobia: Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra LGBT e de Promoção da Cidadania Homossexual”, com o objetivo de promover a cidadania do grupo, a partir da equiparação de direitos e do combate à violência e à discriminação homofóbica (Brasil, 2004; Mello et al., 2011).

O programa Sem Homofobia, representa uma conquista da sociedade brasileira, decorrente de mais de duas décadas de mobilização social. Este programa apresenta propostas intersetoriais, abrangendo ações nos setores Saúde, Educação, Cultura, Trabalho e Segurança Pública (Lionço, 2008). Sexualidade, família e escola (ou qualquer instituição que se dedique à educação) devem ser pensadas a partir do princípio da “não exclusão”, ou seja, sistemas que devem interagir entre si por meio de vinculação, união e respeito pelas diferenças (Meirelles, 1997).

A história de luta da população LGBT pelos seus direitos trouxe grandes conquistas para diversas áreas, deixando explícitas as conquistas na área da saúde, a exemplo da Política Nacional de Saúde Integral da População LGBT e toda a trajetória com vários marcos importantes para a construção nas comunidades (Lima & Salgueiro, 2022).

## 5. Considerações Finais

A experiência em questão ressalta a importância atribuída à identificação de gênero na formação do indivíduo como ser social, evidenciando a necessidade de discussões que ampare o tema na formação acadêmica dos profissionais de saúde na construção de um atendimento cauteloso, empático, tranquilo, natural e respeitoso. É necessário que os profissionais dos diversos setores tenham maior proximidade com as políticas públicas e com as problemáticas específicas da população LGBTQIA+ para a qualificação dos serviços prestados pelas diversas áreas.

A comunidade LGBTQIA+ é muito mais do que uma luta interminável contra o preconceito. Ela é acolhimento, representatividade e, mais do que tudo isso, ela é um movimento político que luta pelos direitos de todos os indivíduos que dela fazem parte.

O Brasil é líder mundial no tocante aos crimes motivados por homofobia ou transfobia. Frente a este lamentável fato, criminalizar a LGBTFOBIA pode não ser a solução para os crimes e não irá por um fim na discriminação, porém será um passo

importante para a conquista da dignidade e da segurança humana, que por demonstrarem sua afetividade ou por viverem sua identidade de gênero, são agredidos e assassinatos diariamente.

Espera-se que este trabalho proporcione as reflexões necessárias sobre as conquistas de direito, de modo a abrir caminhos para a construção de um movimento fortalecido e mais abrangente. Entretanto, apesar das boas perspectivas das ações propostas por essas políticas e programas, a efetivação das mesmas ainda é uma questão desafiadora.

Como sugestões para estudos futuros, há necessidade de investigar de forma aprofundada acerca dos sentimentos e experiências vivenciadas pela população LGBTQIA+, visto que há um crescente número de denúncias de crimes de homofobia, como vem demonstrando a literatura. Além disso, há carência de investimentos em capacitação profissional e tecnologias que venham sensibilizar a sociedade quanto ao respeito à diversidade sexual.

## Referências

- ABGLT. (2022). Documentos e Publicações. *Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais*. Disponível em: <http://www.abglt.org.br/port/homofobia.php> Acesso em: 20 de out. 2022.
- Albuquerque, G. A. et al. (2013). Homossexualidade e o direito à saúde: um desafio para as políticas públicas de saúde no Brasil. *Saúde em Debate*, Rio de Janeiro, 37(98), 516-524.
- Araújo, M.A.L. et al. (2006). Relação usuário-profissional de saúde: experiência de uma mulher homossexual em uma unidade de saúde de referência de fortaleza. *Esc Ana Nery Enfer*, 10(2), 323-327.
- Leite Araujo, M. A., & Freitag Pagliuca, L. M. (2005). Análisis de Contexto del concepto de Ambiente en la Teoría Humanística de Paterson y Zderan. *Index de Enfermería*, 14(48-49), 42-45.
- Brasil. (2004). Ministério da Saúde. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Conselho Nacional de Combate à Discriminação. Brasil sem homofobia: programa de combate à violência e à discriminação contra GLBT e promoção da cidadania homossexual.
- Brasil. (2008). Ministério da Saúde. *Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais*. Brasília.
- Brasil. (2019). Supremo Tribunal Federal. *Supremo Tribunal Federal Enquadra Homofobia e Transfobia Como Crimes de Racismo ao Reconhecer Omissão Legislativa*. Brasília, DF. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=414010>. Acesso em: 20 out. 2022.
- Bortoletto, G. E. (2019). *LGBTQIA+: identidade e alteridade na comunidade*. 32 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialista em Gestão de Produção Cultural). Universidade de São Paulo. Escola de Comunicações e Artes Centro de Estudos Latino-Americanos sobre Cultura e Comunicação. Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Carvalho, A. A., & Barreto, R. C. V. (2021). A invisibilidade das pessoas LGBTQIA+ nas bases de dados: novas possibilidades na Pesquisa Nacional de Saúde. *Ciência & Saúde Coletiva [online]*. 26(09), 4059-4064.
- Carrara, S. (2010). Políticas e direitos sexuais no Brasil contemporâneo. *Bagoas-Estudos gays: gêneros e sexualidades*, 4(5).
- Cardoso, M.R., & Ferro, L.F. (2012). Saúde e população LGBT: Demandas e especificidades em questão. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 32, 552-563.
- Conselho Nacional de Justiça. (2022). *Discriminação e violência contra a população LGBTQIA+*. Relatório da pesquisa / Conselho Nacional de Justiça; Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. – Brasília: CNJ.
- Declaração Universal dos Direitos Humanos. (1948). *Adotada e proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas*.
- FBSP. (2022). 16º Anuário Brasileiro de Segurança Pública. Disponível em: <https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/dados-e-fontes/pesquisa/16o-anuario-brasileiro-de-seguranca-publica-fbsp-2022/> Acesso em: 15 de novembro de 2022.
- Fabício, J. M., Pedreira, J. B. L., dos Santos, M. T. S., Ramos, T. S., & Rodriguez, G. M. C. (2022). O Enfermeiro na atenção primária frente as IST's na população LGBT. *Research, Society and Development*, 11(10), e55111032276-e55111032276.
- Ferreira, B. O., Pedrosa, J. I. S., & Nascimento, E. F. (2018). Diversidade de gênero e acesso ao sistema único de saúde. *Rev Bras Promoç Saúde*. 31(1), 1-10.
- GGB, Grupo Gay da Bahia. Tabela geral de assassinados de homossexuais no Brasil, 2010. 5p. Disponível em: <https://goo.gl/2nuS-jU> Acessado em: 02 novembro 2022.
- Gonçalves, A. C., Spinelli, A. C. L., Ferrazzo, B., Carvalho, B. P. D., Batista, C., Monteiro, E., ... & Wei, S. S. (2020). *A violência LGBTQIA+ no Brasil. Clínica de Políticas de Diversidade da FGV Direito SP*.
- Gomes, J. C. (2018). Gênero, diversidade sexual e LGBTfobia na escola. *Geoconexões*, 2.
- Lima, R. A. F., & Salgueiro, C. D. B. L. (2022). Atenção à saúde da população LGBTQIA+ visando o acesso integral aos serviços de saúde. *Research, Society and Development*, 11(12), e376111234597-e376111234597.

- Lionço, T. (2008). Que Direito à Saúde para a População GLBT? Considerando Direitos Humanos, Sexuais e Reprodutivos em Busca da Integralidade e da Equidade. *Saúde e Sociedade, São Paulo*, 17(2), 11-21.
- Minayo, M.C.S. (2004). O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. *Hucitec*, São Paulo.
- Mello, L. et al. (2011). Políticas de saúde para lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais no Brasil: em busca de universalidade, integralidade e equidade. *Sexualidade, Salud e Sociedad*, 9, 7-28.
- Meirelles, J. A. B. (1997). Os ETs e a gorila: um olhar sobre a sexualidade, a família e a escola. In: AQUINO, J. G. Sexualidade na escola: alternativas teóricas e práticas. 3. ed. São Paulo: *Summus*, 71-86.
- Mello, L., Avelar, R. B. D., & Maroja, D. (2012). Por onde andam as políticas públicas para a população LGBT no Brasil. *Sociedade e Estado*, 27(2), 289-312.
- Mussi, R. F. F., Flores, F. F., & de Almeida, C. B. (2021). Pressupostos para a elaboração de relato de experiência como conhecimento científico. *Revista práxis educacional*, 17(48), 1-18.
- Organização Mundial da Saúde. (2020). *Saúde sexual, direitos humanos e a lei*. Porto Alegre: UFRGS.
- Oliveira, W. G. (2020). A historicidade do movimento lgbtqia+: os direitos sexuais e a discussão sobre cidadania. *Conedu VII congresso nacional de educação*, Maceió.
- Pereira A. S. et al. (2018). *Metodologia da pesquisa científica*. [free e-book]. Santa Maria/RS. Ed. UAB/NTE/UFSM.
- Ramos, S., & Carrara, S. (2006). A Constituição da Problemática da Violência contra Homossexuais: a Articulação entre Ativismo e Academia na Elaboração de Políticas Públicas. *PHYSYS: Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, 16(2), 185-205.
- Silva, C. O., & Kassai, J. R. (2021). Objetivos do desenvolvimento sustentável e laudato si na agenda sócioeconômica e ambiental da humanidade. *Revista Fipecafi de Contabilidade, Controladoria e Finanças (RFCC)*, 2(1), 45-57.
- Souza, M. H. T. D., Miskolci, R., Signorelli, M. C., Balieiro, F. D. F., & Pereira, P. P. G. (2021). Violência pós-morte contra travestis de Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, 37(5).
- Toniette, M. A. (2006). Um breve olhar histórico sobre a homossexualidade. *Revista Brasileira de Sexualidade Humana*, São Paulo, 17(1).
- Vianna, C. (2011). *Estudos sobre gênero, sexualidade e políticas públicas de educação: das ações coletivas aos planos e programas federais*. 2011. Tese (Livre-Docência) – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo.